

A homossexualidade dos analistas

história, política e metapsicologia

Thamy Ayouch

Lucas Charafeddine Bulamah

Resumo Durante muitas décadas, na IPA, tanto como em outras associações psicanalíticas, sujeitos homossexuais foram considerados como doentes e, portanto, banidos da formação didática e do acesso à posição de psicanalistas. Hoje em dia, esta visão, às vezes mantida, parece proceder de uma concepção meramente intrapsíquica do sexual-infantil, desvinculada do contexto histórico, político e clínico das homossexualidades, e dá lugar a uma versão normalizadora da sexualidade. Este artigo pretende apresentar uma breve história da formação e da dissolução de uma regra não escrita referente à homossexualidade do/a analista, para abordar, num segundo momento, algumas reflexões decorrentes destes debates históricos.

Palavras-chave homossexualidade dos psicanalistas; IPA; psicanálise; normatividade; escolha de objeto.

Thamy Ayouch é psicanalista, psicólogo clínico, maitre de Conférences (Professor Doutor) em Psicopatologia clínica na Universidade Lille 3, Professor Visitante Estrangeiro na USP.

Lucas Charafeddine Bulamah é psicólogo, psicanalista e mestrando em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Introdução

Como psicosexualidade infantil perverso-polimorfa, a sexualidade do analista constitui o fundamento da transferência e da análise da contratransferência. Sendo a sexualidade infantil concebida como *ganho de prazer* irredutível à satisfação de uma função vital, a prática sexual e o desejo são apenas uma manifestação dela. Assim, em vez de a psicanálise se interessar pelos fenômenos visíveis da prática sexual, ela desloca seu interesse para as expressões da sexualidade não aparentes, recalcadas, inconscientes. Como ressalta André Green em *Cadeias de Eros*, é esta sexualidade infantil, independente da mudança histórica de suas manifestações, que constitui o alvo da psicanálise. No entanto, apesar da sua fineza de análise teórica, Green apresenta algumas visões caricaturais da sexualidade, revelando inclusive preconceitos surpreendentes: na homossexualidade feminina, o pênis do homem provocaria um nojo e uma hostilidade estendida a todos os homens, considerados como estupradores pelas feministas²⁵⁵. Por sua vez, a homossexualidade masculina é reduzida a um horror da vagina e à recusa da diferença dos sexos. Surge então a questão de saber se podemos, como psicanalistas inseridos na historicidade de nossa clínica, falar de um sexual-infantil absolutamente separado das formas sociais de prática da sexualidade. Esta interrogação é que pode legitimar a abordagem da sexualidade em particular, em vez do sexual-infantil: sexualidade dos/as analisando/as, mas também sexualidade dos/as analistas.

A hipótese que desenvolveremos é que uma visão meramente intrapsíquica do sexual-infantil, desvinculada da relação social e do contexto histórico, dá lugar a uma concepção normalizadora da sexualidade, instituindo assim ao mesmo tempo uma norma heterocentrada herdada do modelo da família conjugal valorizado pela psiquiatria social, e suas decorrentes patologias. A meu ver, aqui comparece apenas o interesse em se debruçar sobre a sexualidade do analista (em vez de considerar de uma maneira global o sexual

infantil). Neste artigo nos interessaremos por um aspecto desta visão: a questão da homossexualidade do analista.

Encontramo-nos numa época de renovação das formas de relação entre gêneros, e de mudança da ordenação do vínculo social e das modalidades de aliança e filiação. A maior visibilidade da homossexualidade, a homoafetividade e o homoparentesco não deixam de endereçar várias perguntas aos modelos psicanalíticos que pretendem dar conta da homossexualidade (psíquica ou agida) do/as analisando/as e do/as analistas.

Começarei por evocar a história da formação e da dissolução de uma regra não escrita referente à homossexualidade do/a analista, para abordar, num segundo momento, algumas reflexões decorrentes dessa história.

A regra não escrita e sua história

Foi em 1921 que, na recém-criada IPA (Associação Psicanalítica Internacional), os psicanalistas vienenses, representados por Rank e Freud, se separaram dos berlinenses – apoiados por Jones e Abraham – quanto à possibilidade de candidatos homossexuais serem admitidos na formação em psicanálise. Enquanto Rank reivindicava uma despenalização da homossexualidade e a possibilidade de sujeitos homossexuais se tornarem psicanalistas, Jones declarava que, aos olhos do mundo, a homossexualidade seria um crime repugnante. Desejoso de normalizar a IPA e de limpá-la de qualquer membro que pudesse ser atacado com respeito a sua sexualidade, ele instaurou assim uma regra não escrita que permaneceu em vigência durante quase oitenta anos.

Alguns anos depois, Anna Freud radicalizou esta posição, militando contra qualquer possibilidade de acesso de sujeitos homossexuais à análise didática. A corrente kleiniana, por sua vez, confirmou esta visão da homossexualidade bem afastada da complexa concepção de Freud, assimilando-a a um transtorno esquizoide, e a uma perversão de tipo sádico-masoquista. Por conseguinte, em várias sociedades da IPA, na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, sujeitos homossexuais, considerados como doentes, eram banidos da formação didática. Segundo Elisabeth Roudinesco²⁵⁶, numerosos homossexuais assim afastados da IPA se voltaram, na França, para Lacan, que os aceitava como analistas na Escola Freudiana de Paris, fundada em 1964.

Foi nos Estados Unidos que se iniciou a primeira contestação institucional desta regra não escrita. A razão era dupla: de um lado, o desenvolvimento da psicanálise nesse país foi muito vinculado à medicina, e a uma herança não questionada da patologização da sexualidade. Contestando a teoria freudiana da bissexualidade, Sandor Rado²⁵⁷ considerava a homossexualidade como fobia diante do outro sexo. A sua concepção foi continuada por Irving Bieber, afirmando que “todas as teorias psicanalíticas assumem que a homossexualidade adulta é psicopatológica”²⁵⁸ e por Charles Socarides, que escrevia, por exemplo:

Acredito que em todos os homossexuais houve uma instabilidade na progressão da unidade mãe-bebê da infância até a individuação [...]. Isto se manifestou como uma ameaça de aniquilação pessoal, perda de fronteiras egoicas e sentimento de fragmentação²⁵⁹.

Esta abordagem médica adaptativa foi prolongada por Bychowski²⁶⁰, que via na homossexualidade

defesas primitivas e narcísicas, e por Kolb e Johnson²⁶¹, que insistiam que o/a terapeuta tinha que seguir a cura até que o/a paciente abandonasse o comportamento homossexual autodestrutivo. Por outro lado, foi nos Estados Unidos que, a partir dos anos 1960, movimentos de liberação gay e lésbicos influenciaram maciçamente as instituições psiquiátricas e psicanalíticas.

Em 1972, numa reunião da APA (*American Psychiatric Association*), John Fryer, disfarçado e com o pseudônimo de *Doctor H Anonymous*, declarou ser homossexual. Apontou as dificuldades que este estatuto lhe provocava na instituição psiquiátrica e na admissão a um instituto psicanalítico. Poucos meses depois, respondendo à pressão de movimentos ativistas, Robert Spitzer dirigiu o processo de retirada da categoria nosológica *homossexualidade* do DSM.

Esta contestação foi levada por Richard Isay frente a uma sociedade analítica, a *American Psychoanalytical Society* (APsaA). Como ele nota²⁶², após ter tentado eliminar suas tendências homossexuais a fim de ser aceito no treinamento psiquiátrico e psicanalítico, decidiu se opor ao viés homofóbico da APsaA. Organizou um painel sobre a homossexualidade em 1983, num evento que resultou em tumultuados protestos por parte de analistas, para ser, três anos depois, o primeiro membro das instâncias oficiais da APsaA a abertamente se declarar gay²⁶³.

Em 1987, Isay pediu ao presidente da -APsaA que apoiasse uma declaração oficial expedida pela APA despatologizando a homossexualidade. A nota proposta foi vetada pelo presidente da APsaA, Homer Curtis, argumentando que a psicanálise tinha que ficar afastada da política. Quando Isay ameaçou, com o apoio da União Americana de Liberdades Civis (*American Civil Liberties Union*, ACLU), mover um processo contra o *Boston Psychoanalytic Institute*, da APsaA, por discriminação da candidatos gays, o Instituto emitiu uma declaração oficial de não discriminação²⁶⁴.

Foi assim que Isay conseguiu introduzir, com apoio da ACLU, uma declaração de não discriminação da APsaA em 1991, afirmando:

A American Psychoanalytic Association opõe-se e deplora a discriminação pública ou privada de indivíduos homens ou mulheres cuja orientação é homossexual. É a posição da American Psychoanalytic Association que nossos institutos selecionem candidatos para o treinamento com base em seu interesse pela psicanálise, talento, *background* educacional apropriado, integridade psicológica, analizabilidade e educabilidade, e não na base da orientação sexual. É esperado também que nossos institutos empreguem estes padrões para a seleção de candidatos para o treinamento e para a indicação de todas as grades de faculdades²⁶⁵.

Essa declaração foi emendada em 1992, a fim de proibir a discriminação inclusive ao acesso às posições mais altas da hierarquia. No mesmo ano foi criado o Comitê de Questões sobre Homossexualidade (*Committee on Issues of Homosexuality*, em seguida chamado *Committee on Gay and Lesbian Issues*), encarregado de identificar os preconceitos institucionais sobre a homossexualidade.

Ralph Roughton, psicanalista didata de Cleveland, tentou estender esta dimensão de não discriminação da APsaA para toda a IPA, no congresso de Barcelona de 27 de julho a 1 de agosto de 1997. Num painel intitulado *Homosexuality*, ressaltou a sua abordagem de “analista didata e supervisor que reconhece abertamente sua identidade homossexual”²⁶⁶, inscrito numa associação na qual vários candidatos admitem sua homossexualidade e são bem acolhidos. Apresentando uma série de casos clínicos, Roughton concluiu que:

a técnica neutra no processo analítico, quando a etiologia é em essência impertinente, constitui uma posição ideal, mas raras vezes alcançada. Inclusive os analistas que se creem neutros são guiados, às vezes sem o saber, por uma teoria já obsoleta, por

um heterossexismo cultural, preconceitos não reconhecidos, contratransferência e simples ignorância das normas que regem as vidas dos homens e mulheres homossexuais. Como consequência seus pacientes homossexuais frequentemente vivem essa *neutralidade* como uma confirmação de atitudes negativas em relação à homossexualidade. Assim, uma constante autoanálise e educação parecem ser uma condição *sine qua non* para aqueles que tratam pacientes homossexuais²⁶⁷.

Roughton teve que se confrontar com as oposições de Lenise Lisboa Azoubel e Mauricio Ginacht, que exclamou, aparentemente surdo frente à declaração do americano: “o que nós (psicanalistas) faremos quando homossexuais baterem às nossas portas, para se tornarem membros de nossas sociedades?”²⁶⁸. Nicos Nicolaïdis respondeu perguntando se a negação da diferença sexual por parte dos homossexuais não derivaria possivelmente em negação da diferença geracional, que poderia culminar em pedofilia²⁶⁹. De maneira semelhante, Gilbert Diatkine denunciou a atitude *prosélito-militante* do norte-americano em nome da neutralidade da psicanálise, e Cesar Botella declarou que a militância seria uma “recusa do drama pessoal do homossexual”²⁷⁰.

Após uma discussão no Congresso da IPA de Santiago, em 1999, um texto final aprovado pelo Conselho Executivo da IPA em Julho de 1999, reafirmado em 2001 e emendado em 2002, estipulava o seguinte:

A IPA se opõe a qualquer discriminação contra qualquer pessoa com base de gênero, origem étnica, crença religiosa ou orientação homossexual. A seleção de candidatos para o treinamento psicanalítico deve ser feita somente em bases diretamente relacionadas à capacidade de aprender e atuar como psicanalista. Ademais, é esperado que o mesmo padrão seja usado na indicação e promoção de membros de posições educacionais, incluindo analistas didatas e supervisores²⁷¹.

A declaração provinha de um longo diálogo entre Roughton, César Botella, Jaime Stubrin, Jaime Lutenberg e Steven Ellman, publicado na *Newsletter* da IPA do ano 2001, e concluído por uma carta de Daniel Widlöcher, então presidente da IPA²⁷².

A regra não escrita valia obviamente para outros países, como foi demonstrado por várias pesquisas e declarações (veja-se na Alemanha as ações da Associação de Homossexuais nos Serviços de Saúde no período de 1985 a 1994²⁷³, no Brasil o debate promovido pelo *Jornal de Psicanálise* da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), e na Inglaterra a pesquisa de Mary Lynne Ellis²⁷⁴).

Cabe analisar agora mais precisamente alguns pontos decorrentes desta história particular da construção e da contestação da regra *não escrita*.

Escrever, inscrever psiquicamente

Face a uma regra não escrita, o que estava em jogo, para os psicanalistas homossexuais, era um *dizer sobre si*. A falta de escrita da regra foi contrabalançada por uma forma de *acting out* oral, uma tomada da palavra por parte dos psicanalistas que reivindicavam uma identidade sociopolítica. Drescher aponta a semelhança entre as instituições analíticas e o exército, ao redor de uma regra muda “*don't ask, don't tell*”:

Se um gay ou uma lésbica conseguisse transpor a triagem inicial e entrasse no sistema, vivia sob o medo constante de ser descoberto/a e expulso/a. Ademais, ambos os grupos (exército e instituição psicanalítica) ultrajavam a homossexualidade

como um perigo aos valores que eles tentavam perpetuar. Mesmo que gays que estivessem *no armário* servissem admiravelmente ao exército e na psicanálise, uma vez descobertos sofreriam extrusão para o reforço dos valores heterossexuais e difusão dos valores *estereotipados a respeito da homossexualidade*²⁷⁵.

O problema que surge aqui *está* ligado precisamente à regra ser não escrita: constam poucos traços do funcionamento desta regra, ainda que ela não deixasse de valer durante muito tempo, e às vezes continue valendo. Isso levanta a questão de saber como elaborar uma proibição que não foi simbolizada e agiu como real. Simbolizá-la levaria ao absurdo, e condenaria a sair dos princípios da psicanálise, fazendo dela uma doutrina normalizadora. Portanto, cabe perguntar como funcionou e talvez continua funcionando, já que não se trata do recalque nenhum, mas, mais fundamentalmente, de uma forma de forclusão: um buraco no simbólico, que ameaça voltar, sob a forma de alucinação, no real.

Público, privado:
a extensão do político

Uma das oposições mais recorrentes, ao longo do processo histórico de contestação da regra não escrita, foi a reivindicação, por vários psicanalistas, de uma dimensão não política da psicanálise. Homer Curtis, em 1987, tanto como Cesar Botella e outros psicanalistas em 1997, consideravam que essas reivindicações eram “assuntos sociais sem relevância à psicanálise”²⁷⁶. O motivo comum a estas oposições levanta a questão da politização da psicanálise. Tal dimensão é recusada em nome de uma dissociação entre o subjetivo, privado, e o coletivo e social, público, sendo o primeiro o único alvo da psicanálise. Cabe perguntar, porém, se o político é unicamente situado na realidade exterior, e não se revela, ao contrário, no centro da estruturação e da organização psíquica.

Que o “pessoal (seja) político” foi um lema emblemático de diversos movimentos feministas nos anos 1960. Tratava-se de questionar aquilo que até então era mantido fora do político: os papéis sexuais, a personalidade, a organização familiar, a sexualidade, o corpo. A epistemologia feminista operou um trabalho de historicização e de politicização do espaço privado, reintroduzindo relações de poder e de conflito no que era considerado como normas naturais ou morais, matéria dos corpos e estruturas psíquicas ou culturais. Fez assim uma genealogia dos dispositivos de normalização da divisão sexual do trabalho, da socialização dos corpos, das hierarquias de gênero.

Esta epistemologia provém diretamente da crítica foucaultiana desenvolvida em *Vontade de saber*. Foucault contesta os dois pilares da explicitação da sexualidade pela psicanálise: a ideia de que a verdade do sujeito é inerente à sua sexualidade e que a repressão é o melhor modelo para descrever as relações de poder. Através dessas duas regras, a psicanálise apareceria como a versão mais pura e mais econômica do aparelho de dominação chamado “dispositivo de sexualidade”. Longe de ser uma *libertação* da sexualidade antes reprimida, o discurso sobre a sexualidade é um dos numerosos agentes do controle social, exercendo um poder que acontece além da lei. Não se trata de um poder central, monárquico, negativo que proíbe através da lei, mas de um poder disseminado, disciplinar, positivo, que valoriza, faz proliferar, e produz através da norma.

Consequentemente, a sexualidade do analista aparece, politicamente, no centro de um dispositivo de relações de poder. Ela não pode ser considerada só subjetivamente ou de forma metapsicológica independentemente das consequências políticas da sua teorização e das práticas ao seu respeito.

Realidade exterior, realidade psíquica; Estados Unidos/Europa

No Congresso de Barcelona, vários psicanalistas criticaram Roughton por ter-se reduzido a descrever os

comportamentos dos seus pacientes, e falhado em produzir uma metapsicologia a respeito da homossexualidade. Se é verdade, por um lado, que em várias tendências americanas se esquece da dimensão psicodinâmica, intrapsíquica e pulsional, e que os conflitos psíquicos são descartados, não se trata desse embate na reivindicação por psicanalistas homossexuais de uma não discriminação.

Na supracitada *Newsletter* da IPA, Roughton²⁷⁷ aconselha o psicanalista que acompanha pacientes homossexuais a:

1. Deixar de lado as teorias da etiologia (parciais, generalizadoras, e colocando o foco sobre a homossexualidade como desvio);

2. Não ter pré-concepções sobre a patologia, não sendo a homossexualidade nem um sintoma nem uma doença, observando que as teorias patologizantes provinham de generalizações de casos individuais anedóticos;

3. Providenciar uma atmosfera de neutralidade igual à de analisandos heterossexuais, notando que esta igualdade para muitos analistas é ameaçada pela adesão a teorias antigas, pelo contexto heterossexista da cultura, pela falta de conhecimento sobre as normas da vida gay, e pela subjetividade individual e a contratransferência.

Face a essas recomendações, Botella responde que as reivindicações de não discriminação são próprias ao contexto da América do Norte, caracterizada pela psiquiatrização da psicanálise, e a sua vinculação com a psicologia do ego. Segundo ele, a norma denunciada por Roughton é meramente uma norma médica²⁷⁸. Embora Botella tenha razão quanto à dimensão não terapêutica da psicanálise, eis aqui uma resposta de surdo: é muito problemático considerar que a norma que afeta o tratamento dos pacientes homossexuais é só médica. Botella responde a propósito de um princípio, ou seja, o ideal de uma psicanálise não medicalizada que não almeje *curar*; mas ele se omite de considerar, além desta psicanálise utópica, a realidade da maioria de sociedades analíticas, e a desconsideração de pacientes e analistas homossexuais.

Roughton, de resto, nunca ignorou esta norma médica, como escreveu em seu texto “Rethinking homosexuality: what it teaches us about psychoanalysis”²⁷⁹.

A questão é a seguinte: apesar de a abordagem psicanalítica ser centrada na realidade psíquica, esta primazia não anula magicamente a realidade exterior nem está desvinculada dela. Isso vale para vários níveis:

- a realidade psíquica de qualquer sujeito está inscrita num contexto de realidade exterior, no qual prevalecem alguns valores, e outros são condenados. A consideração da homossexualidade como doença, a recusa de pacientes e de analistas homossexuais são elementos irredutíveis de uma realidade exterior que existiu, continua existindo em todas as sociedades analíticas, e organizando a realidade psíquica dos analisandos e dos analistas;

- embora o sexual infantil seja eterno, no sentido de um conflito entre prazer e desprazer, desejo e proibição, as formas imaginárias dadas a esse sexual infantil, os operadores simbólicos que ele recebe (Édipo, figuras de pai, mãe, inveja do pênis e recusa da feminilidade, Nome-do-pai e falo) não são categorias a-históricas, caídas da esfera etérea das ideias puras. Elas provêm de um contexto social, histórico e cultural dado, de configurações particulares das relações de aliança e filiação (a família burguesa do final do século XIX), que lhes preenchem com uma imaginarização particular. Considerar que a psicanálise se importa unicamente com um nível intrapsíquico separado do coletivo é instituir dogmaticamente uma eternidade das representações teóricas, uma intangibilidade da teoria e uma sacralidade dos psicanalistas supostamente imunes a qualquer contexto histórico.

É verdade que Roughton, em vários textos, aponta para as condições *externas* de escuta dos/as

analisando/as homossexuais, e a série de preconceitos que podem prejudicar a clínica, sem todavia desenvolver qualquer metapsicologia da homossexualidade: foi a crítica principal que lhes dirigiram vários psicanalistas (Green e Botella). O alvo de Roughton, porém, não é aqui construir uma metapsicologia da homossexualidade ou de qualquer sexualidade, mas ressaltar a realidade contextual da abordagem teórica e clínica da homossexualidade nas sociedades analíticas. Fica problemático atacá-lo *por* falta de metapsicologia quando ele afirma que antes de desenvolver qualquer metapsicologia, a realidade clínica imprescindível para elaborar esta metapsicologia deve ser considerada fora de pré-concepções que ensurdecem a escuta desta clínica.

Por conseguinte, nos parece *necessário* diferenciar duas dimensões irreduzíveis em qualquer manifestação de psicanálise, seja no consultório do/a analista, na teoria analítica, ou na instituição analítica:

- Por um lado, há o processo analítico, visando à elaboração psíquica, ao manejo dos conflitos, à transformação afetiva de uma situação de repetição, que acontece na relação transferencial entre um/a analista e um/a analisando. Esse processo pode ser estendido a uma análise da dimensão enunciativa de qualquer discurso. A significância de um discurso clínico e teórico não reside nos diversos sentidos positivos articulados pelos seus conteúdos, mas na sua origem e no seu destino: quem fala, e para quem está endereçada a fala?
- Por outro lado, aparecem as representações sociais, culturais, históricas, políticas e subjetivas que excedem o processo analítico, mas o acompanham irreduzivelmente e podem enchê-lo de imaginarização.

O arcabouço teórico da psicanálise não é imune às implicações historicizadas de seu surgimento, nem às posições normativas que provêm da hegemonia discursiva dominante. Quando com arrogância e onipotência, em nome da psicanálise, vários analistas pretendem definir as condições da subjetivação *correta* e normal, abandonam o processo analítico em favor de suas condições históricas.

Ora, se a homossexualidade saiu das classificações médicas da perversão e das parafilias do DSM IV e do CID (ainda que tenha ficado como “orientação sexual ego-distônica” ou “transtorno sexual não especificado”), não foi graças a uma mudança abrupta e avisada das percepções do normal e do psicopatológico pelos psiquiatras, mas por meio da pressão e dos protestos de homossexuais. Do mesmo jeito, quando a psicanálise se revela cega a ela mesma e ao processo analítico, é a sociedade que acaba lhe apontando uma despatologização da homossexualidade. O “*problema da homossexualidade*”, suscetível, segundo Botella, de ser resolvido hoje em dia pela psicanálise²⁸⁰, foi mais dissolvido do que resolvido, diretamente no espaço público, e não no consultório do/a psicanalista. Reformas sociais condenadas por uma maioria de psicanalistas²⁸¹ foram votadas: hoje em dia, o casamento igualitário e a possibilidade de adoção por casais homoafetivos foram reconhecidos em 17 países. Surgem duas consequências: primeiro, a homossexualidade não pode continuar a ser abordada como problema social de oposição à lei (ou à Lei Simbólica supostamente imutável) e, segundo, questiona-se se os psicanalistas são os mais indicados para *estudá-la*, em nome de uma *expertise* da psique.

Por outro lado, o problema excede uma simples oposição de culturas. Vários psicanalistas (a maioria franceses) manifestaram, neste debate, a opinião de que a questão de analistas gays e lésbicas era um “*problema americano*”, sem nenhuma relevância nas sociedades europeias. É com este espírito que Catharine Bonningue pergunta, num dossiê organizado sobre a homossexualidade para a revista *La Cause Freudienne*: “quais são as normas que vieram a nós [franceses] dos Estados Unidos em matéria de homossexualidade?”²⁸². Além da xenofobia aqui expressa (a homossexualidade sendo uma praga estrangeira que contamina a Europa), o que mais fundamentalmente se esquece é a descendência propriamente europeia

destas “*ideias americanas*”. Foram intelectuais franceses, Foucault, Deleuze e Derrida que, através do que os americanos chamam de *French Theory*, deram lugar a uma disseminação de estudos sobre a historicização do sexo, do gênero e da sexualidade, chamados de *Gender Studies*. O problema, mais uma vez, se revela político: trata-se de jogos próprios às estratégias de saber-poder. Mais recentemente, políticos e universitários franceses expressaram o mesmo receio frente aos estudos de gênero, definindo-os unitariamente como *teoria do gênero*. Os estudos de gênero, porém, não são uma teoria única, mas uma série de análises de campos diferentes (sociologia, filosofia, biologia, antropologia, história, etc.) que se questionam sobre a construção das identidades de gênero, de sexo e de sexualidade e sua essencialização/naturalização por meio da análise da transmissão da norma.

Frente a esta *americanização* da questão, a resposta de Roughton aos analistas europeus manifesta, além de qualquer nacionalismo xenófobo, uma preocupação pela dimensão internacional da psicanálise:

Mesmo que a sua sociedade psicanalítica seja completamente desprovida de discriminação, que a teoria que vocês ensinam seja totalmente imparcial, e que a abordagem distante que vocês preferem não tenha nada a ver com homofobia, vocês pertencem a uma organização mundial na qual algumas sociedades discriminam e ensinam conceitos antiquados e preconceituosos. Não podemos negar que um dano real seja feito a pessoas reais no mundo real²⁸³.

A questão da neutralidade do psicanalista

Na oposição de vários psicanalistas à não discriminação dos homossexuais, um dos argumentos principais foi a defesa da neutralidade dos psicanalistas, contra a exposição de vida privada implicada pelo *proselitismo* e a *militância* dos psicanalistas homossexuais. Assim, um psicanalista que desvelaria a sua homossexualidade não poderia ser neutro.

Observemos, por um lado, como esta questão de neutralidade foi sumamente atacada por estes mesmos psicanalistas que a defendiam quando, na França, por exemplo, frente aos projetos de lei sobre uniões homoafetivas, psicanalistas se expressaram publicamente, sobre a “catástrofe simbólica” que produziria a legalização estatal da homossexualidade. Eles denunciaram nada menos, nestes projetos, do que ataques à “Ordem simbólica”, à função paterna e a diferença de sexos²⁸⁴. Universalizando o seu próprio Édipo, se pronunciaram sobre a imutabilidade da ordem familiar estabelecida e gratificaram a comunidade com suas preferências subjetivas pouco analisadas, reproduzindo estereótipos revestidos de uma metapsicologia eterna.

Por outro lado, se concordarmos com a necessidade de *neutralidade* do psicanalista, não revelar a homossexualidade (deixando de lado o problema *da* ou de *uma* homossexualidade existir realmente) é tão importante como não revelar a heterossexualidade. Um psicanalista vestindo o seu anel de casamento estaria então revelando aquilo que deveria deixar segredo. Obviamente, esta reivindicação de *neutralidade* por parte dos opositores à não discriminação dos analistas homossexuais parte de um heterocentrismo, similar ao argumento usado pelos defensores do universalismo republicano contra o particularismo minoritário na França²⁸⁵. Aqui, omite-se ver que o universalismo procede da ideia de que o modelo do homem branco e heterossexual seja universal e de que qualquer diferença manifestada (mulher, negra, preferencialmente lésbica) seria uma reivindicação minoritária que não daria para ser sustentada no modelo republicano. O debate entre universalismo e diferencialismo, republicanismo e comunitarismo acaba colocando uma falsa alternativa. Definir o discurso republicano por um universalismo desvinculado de qualquer contexto apaga os efeitos estratégicos deste tipo de discurso político. Isso é o que acontece no âmbito da psicanálise: reivindicar a heterossexualidade como neutralidade, universal, do psicanalista acaba escamoteando as

irredutíveis consequências políticas deste heterocentrismo.

Para ultrapassar esta falsa alternativa entre universalismo e particularismo identitário, *é preciso pensar não em termos de reivindicação de identidade, mas em termos de discriminação. Portanto, aqui, a minoridade (os psicanalistas homossexuais) não é uma comunidade identitária, mas uma categoria criada precisamente pela exclusão, e naturalizada pela discriminação. Uma minoria é definida externamente, pelo assujeitamento por uma relação de poder.*

Portanto, a questão da sexualidade do analista é criada e essencializada, como minoridade, pela discriminação a partir do heterocentrismo, enquanto há tantas sexualidades quantos analistas. Em outras palavras, a sexualidade do analista deveria ficar nula e sem efeito: é um falso problema.

A questão do enrijecimento da identidade

Em termos metapsicológicos, quando se coloca a ênfase sobre a multiplicidade psíquica e as camadas de conflitos, sobre a pulsão e a dinâmica psíquica, não faz sentido nenhum falar em termos de categorias enrijecidas de homossexualidade e heterossexualidade. Revela-se inclusive perigoso pensar que a masculinidade e a feminilidade são uma unidade precisa, fixa, e que existem identidades engessadas de homens, mulheres, heterossexuais e homossexuais. A própria noção de dinâmica psíquica exclui qualquer identidade: reivindicar categorias fixas procede de formações identitárias que defendem contra a perda. Esta mesma *polícia da identidade* existe tanto na essencialização de identidades heterossexuais quanto homossexuais.

Novamente, a questão da homossexualidade do psicanalista é uma falsa questão se confrontada à multiplicidade psíquica de identificações masculinas, femininas e transgênero, que não podem ser reduzidas a uma identidade hetero ou homossexual, de homem ou mulher. *O/A psicanalista homossexual não existe: existem psicanalistas com variedades inumeráveis no sexual-infantil, e que, num momento dado da sua vida, param na principal escolha de objeto de um sexo ou do outro.*

O falso problema

Deduzimos destas considerações que a questão da sexualidade e da homossexualidade do analista se cristaliza só quando se trata de homofobia: fora disso, é, repetimos, um falso problema. Portanto, a abordagem deste assunto deve se rearticular não a partir da homossexualidade, mas da homofobia. Eis aqui um traslado epistemológico e político: não se trata de estudar o comportamento homossexual considerado como patológico, mas de abordar as razões que levaram a considerar esta sexualidade como desviada.

Neste sentido, talvez caiba definir de forma mais precisa e mais forte a homofobia: como apontam Eric e Didier Fassin²⁸⁶, a homofobia remete à questão psicológica de uma rejeição da homossexualidade, mas também a questão ideológica de uma desigualdade das sexualidades. Em qualquer concepção hierarquizada das sexualidades que dê primazia à norma heterossexual, destaca uma forma de homofobia, no sentido de uma série de estratégias opostas à legitimação da homossexualidade como sexualidade aceitável da mesma maneira que a heterossexualidade. A homofobia aparece aqui como ocultação de uma diversidade, apagamento da historicidade da norma.

A sexualidade do analista aparece então como um falso problema. Torna-se problema quando surgem práticas de discriminação. As problemáticas psíquicas de sujeitos cuja escolha sexual é um/a parceiro/a do mesmo sexo são um setor, dentro de muitos outros, do campo da psicanálise como prática e teoria. Estes sujeitos não escapam às vicissitudes da vida psíquica e não diferem em nada dos heterossexuais.

No século XV, uma reunião de autoridades clericais aconteceu na cidade de Constantinopla. Enquanto

debatiam diversos temas de ordem teológica e religiosa, os otomanos empreenderam violentos ataques pelos quais ganharam territórios controlados por reinos cristãos. Os documentos da época revelaram que, entre outras coisas, os religiosos ali presentes debatiam interminavelmente para saber se os anjos tinham um sexo. É uma triste realidade que, enquanto várias teorias e técnicas *psi*, correspondendo às exigências de eficiência e rentabilidade do mercado, continuam desenvolvendo modelos de adestramento, condicionamento e adaptação, atacando a psicanálise na sua complexidade, nos seus conceitos e nos seus objetivos, os psicanalistas continuam debatendo o sexo dos anjos.

Referências bibliográficas

- American Psychoanalytic Association. "Annual Meeting – May 8th, 1991". *Journal of the American Psychoanalytic Association*.
- Berman E. (1998). Homosexuality: chaired by Aiban Hagelin, Buenos Aires. *International Journal of Psychoanalysis*, n. 4, Inglaterra.
- Bieber I.; Dain H.; Dince P.; Drellich H.; Grand H.; Gundlach R.; Kremer M.; Rifkin A.; Wilbur C.; Bieber T. (1962). *Homosexuality: a Psychoanalytic Study*. New York: Basic Books.
- Bonningue C. (1997). L'inconscient homosexuel: editorial. *La cause freudienne*, n. 37, França.
- Boston Psychoanalytic Association. *Website* <http://www.bostonpsychoanalytic.org/analytic_training> (Acessado em 7 dez. 2012).
- Botella C. (2001). A response to Ralph Roughton's Paper. *International Psychoanalysis: the Newsletter of the IPA*, n. 1, Inglaterra.
- Botella C. (1999). L'homosexualité(s): Vicissitudes du narcissisme. *Revue Française de Psychanalyse*, n. 4, França, 1999.
- Bychowski G. (1956). The ego and the introjects. *Psychoanalytic quarterly*, n. 1, Estados Unidos.
- Drescher J. (1995). A history of homosexuality and organized psychoanalysis. *Journal of the American Academy of Psychoanalysis and Dynamic Psychiatry*, n. 3, Estados Unidos.
- Ellis M. L. (1994). Lesbians, gay men and psychoanalytic training. *Free Associations*, n. 4, Inglaterra.
- Fassin E. (2006). *De la question sociale à la question raciale. Représenter la société française*. Paris: La découverte.
- Foucault M. (1976). *Histoire de la sexualité. Tome I. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- Green A. (1997). *Les Chaînes d'Éros. Actualité du sexuel*. Paris: Odile Jacob.
- Isay R. (2009). *Becoming gay: the journey to self-acceptance*. New York: Vintage Books.
- Kolb L.; Johnson A. (1955). Etiology and therapy of overt homosexuality. *Psychoanalytic Quarterly*, n. 4, Estados Unidos.
- Nicolaïdis N. (2001). L'homosexualité et la question de la différence. *Médecine et Hygiène*, n. 21, França.
- Rado S. (1940). A critical examination of the concept of bisexuality. *Psychosomatic Medicine*, n. 2, Estados Unidos.
- Rauchfleisch U. (1993). Homosexuality and psychoanalytic training. *Forum der psychoanalyse*, n. 4, Áustria.
- Roudinesco E. (2002). Psychanalyse et homosexualité: réflexions sur le désir pervers, l'injure et la fonction paternelle. *Cliniques Méditerranéennes*, n. 65, França.
- Roughton R. (2001). Homosexuality: Clinical and technical issues. *International Psychoanalysis: the Newsletter of the IPA*, n. 1, Inglaterra.
- _____. (2001). Homosexuality: Continued. *International Psychoanalysis: the Newsletter of the IPA*, n. 2, Inglaterra.
- _____. (2002). Rethinking homosexuality: what it teaches us about psychoanalysis". *Journal of the American Psychoanalytic Association*, n. 3, Estados Unidos.
- _____. (2003). The International Psychoanalytic Association and Homosexuality. *Journal of Gay and Lesbian Psychotherapy*, n. 1-2, Estados Unidos.
- Socarides C. (1972). Homosexuality: basic concepts and psychodynamics. *International Journal of Psychiatry*, n. 1, Estados Unidos.
- _____. (1968). *The overt homosexual*. New York: Grune & Stratton.

Homosexuality in the analysts: history, politics and metapsychology

Abstract: For many years, inside and outside the IPA, homosexuals were considered "sick" and thus banned from becoming psychoanalysts. Today this position (sometimes still defended) seems to come from a conception of the sexual-infantile as a merely intrapsychic element. Its links with historical, political and clinical contexts are then ignored, which in-turn leads to a normative concept of sexuality. This paper presents a brief history of the constitution and dissolution of an unwritten rule about homosexuality in an analyst, and goes on to propose some reflections based upon those historical discussions.

Keywords: homosexuality of the analyst; Psychoanalysis; IPA; normative concepts; object-choice.

Recebido em: outubro de 2013

Aprovado em: dezembro de 2013

NOTAS DE RODAPÉ

Expressões somáticas entre a neurose e a psicose

1. Paris, Gallimard, 1989, p. 69. Tradução brasileira: *Teatros do Corpo*, Martins Fontes, 1999. As citações do livro provêm da edição francesa.
2. Esses postulados caracterizaram durante muito tempo o pensamento da escola psicossomática de Paris. McDougall os atenuou, dizendo nunca ter encontrado configurações tão puras. No lugar deles, propôs o conceito de “desafecção” e outras explicações que examinaremos mais adiante.
3. McDougall, *Théâtres du corps*, p. 17.
4. McDougall, *op. cit.*, p. 16-19.
5. McDougall, *op. cit.*, p. 21.
6. Cf. Pierre Marty, *Mouvements individuels de vie et de mort*, p. 92.
7. Cf. Franz Alexander, *La Médecine psychosomatique*, p. 76 sq.
8. Pierre Marty, *op. cit.*, p. 76.
9. Aqui encontramos, mais uma vez, essa mistura entre as heranças freudianas e pós-freudianas que caracteriza a psicanálise contemporânea.
10. (N.T.) No original *vivable* (literalmente, “vivível”), que também poderia ser traduzido, aqui, por “funcional”. Opto por “aceitável” porque implica mais claramente o aspecto de sujeito dos protagonistas, na linha de pensamento da autora.
11. Cf. McDougall, *Théâtres du Je*.
12. McDougall, *Théâtres du corps*, p. 51.
13. Remetendo-nos portanto à ideia, proposta por Bion, de *primordial mind*.
14. McDougall, *op. cit.*, p. 50-51.
15. McDougall, *op. cit.*, p. 70.
16. *Idem*, p. 80.
17. O termo “eu” não está sendo usado aqui no sentido freudiano (segunda tópica), mas sim no de Winnicott – *me/not me* (o que me é próprio/o que não me é).
18. McDougall, *op. cit.*, p. 75.
19. McDougall, *op. cit.*, p. 73.
20. P. Marty, M. de M’Uzan, C. David, *L’Investigation psychosomatique*.
21. McDougall, *Théâtres ...*, p. 50.
22. *Idem, ibidem*.
23. Ver o que dissemos acima sobre a escola psicossomática de Paris.
24. McDougall, *op. cit.*, p. 50.
25. Assimilada frequentemente, pelos psicossomatistas, à neurose atual.
26. McDougall, *op. cit.*, p. 33.
27. Ver nota 18.
28. F. Alexander, *op. cit.*, p. 7.
29. Diga-se de passagem, o livro, que marcou época nos círculos médicos e analíticos, na verdade desenvolvia uma publicação anterior, *O valor médico da Psicanálise*, cujo título exprime bem a vontade de afirmar sua utilidade para a compreensão dos males físicos e de atrair a atenção dos médicos americanos sobre sua importância propriamente terapêutica. Além disso, embora tenha sido nos Estados Unidos – onde apenas médicos podiam exercer a psicanálise – que de início se constatou a emergência de uma psicossomática psicanalítica, isso ocorreu sem dúvida por razões ligadas à história das instituições psicanalíticas no mundo todo.
30. F. Alexander, *op. cit.*, p. 7-8.
31. *Idem*, p. 90.
32. Além de expressões comunicativas involuntárias como o rubor, a palidez, a sudorese, etc.
33. Cf. W. R. Bion (1980), *Bion à New York et à São Paulo*, p. 45-46.
34. *Idem*, p. 46.
35. Diferentemente da rede linfática, que toma uma via de mão única.
36. Bion, *op. cit.*, p. 46.
37. McDougall, *Théâtres ...*, p. 76.

A produtividade da lei em psicanálise

1. M. Foucault, *op. cit.*, p. 119.
2. M. Foucault, *A verdade e as formas jurídicas*, p. 29.
3. M. Foucault, *op. cit.*, p. 93.
4. J. Butler, *Problemas de gênero*, p. 90.
5. J. Butler, *op. cit.*, p. 90.
6. J. Butler, *op. cit.*, p. 91.
7. J. Lacan, *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise (1959-60)*, p. 374.
8. J. Lacan, *op. cit.*, p. 373.
9. J. Lacan, *op. cit.*, p. 389.
10. J. Lacan, *op. cit.*, p. 382.
11. J. Lacan, *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise (1969-70)*, p. 105.
12. J. Lacan, *op. cit.*, p. 110.
13. M. P. S. Leite. “Diagnóstico, psicopatologia e psicanálise de orientação lacaniana”, in *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, ano IV, n. 2, jun. 2001.
14. J. Lacan, *op. cit.*, p. 21.

15. J. Lacan, *op. cit.*, p. 132.
16. J. Lacan, *O seminário, livro 7...*, p. 149.
17. M. A. C. Jorge, *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*, vol.1.
18. J. Lacan, *O seminário, livro 17...*, p. 137.

“Estar fora de si”

- 1.O presente artigo é fruto de pesquisa em nível de doutorado apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP), processo n. 2010/51333-1.
- 2.Utilizo a palavra *infans* para indicar a idade da criança antes da aquisição da fala.
- 3.Batidas do corpo contra outros que ocorre em *shows* de rock.
- 4.S. Ferenczi (1933), “Confusão de línguas entre os adultos e a criança”, in *Escritos psicanalíticos (1909-1933)*, p. 347-356.
- 5.S. Ferenczi (1929), “A criança mal acolhida e sua pulsão de morte”, in *Escritos psicanalíticos (1909-1933)*, p. 313-317.
- 6.S. Ferenczi (1930), “Princípio de relaxamento de neocatarse”, in *Escritos psicanalíticos (1909-1933)*, p. 120.
- 7.S. Ferenczi, “Confusão de línguas...”.
- 8.S. Ferenczi (1990), *Diário clínico*.
- 9.S. Ferenczi, *op. cit.*, p. 142.
10. A respeito dessas articulações teóricas, remeto o leitor ao artigo de Julio Verztman, “O observador do mundo: a noção de clivagem em Ferenczi”, p. 59-78.
11. D. Winnicott (1967), “O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil”, in *O brincar e a realidade*, p. 153-162.
12. D. Winnicott, *op. cit.*, p.154.
13. D. Winnicott (1960), “Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro *self*”, in *O ambiente e os processos de maturação*, p.134.
14. Winnicott (1967), “A localização da experiência cultural”, in *O brincar e a realidade*, p.135.
15. No extremo, Winnicott fala-nos em morte física, quando a catexia dos objetos externos não pode ser iniciada.
16. Green (1995), *Propédeutique: La métapsychologie revisitée*.
17. D. Winnicott (1950), “Ideias e definições”, in *Explorações psicanalíticas*, p. 36.
18. Green, *op. cit.*
19. D. Winnicott (1965), “O conceito de trauma em relação ao desenvolvimento do indivíduo dentro da família”, in *Explorações psicanalíticas*, p. 102-115.
20. Green (1988), *Narcisismo de vida e narcisismo de morte*.
21. D. Winnicott, “A localização ...”, p. 135.
22. D. Winnicott, “O papel de espelho...”.
23. D. Winnicott, “Sobre as bases...”, p. 210.
24. R. Roussillon (1999), *Agonie, clivage et symbolization*.
25. R. Roussillon, *op. cit.*, p. 20.
26. Tais noções foram abordadas em M. M. Moreno, *Trauma: o avesso da memória*.
27. S. Ferenczi (1912), “O conceito de introjeção”, in *Escritos psicanalíticos (1909-1933)*, p. 61-63.
28. N. Abraham e M. Torok (1995), *A casca e o núcleo*.
29. R. Roussillon, *op. cit.*, p. 21.
30. C. Botella; S. Botella (2002), *Irrepresentável, mais além da representação*, p. 101.
31. P. Aulagnier (1979), *La violence de l'interprétation*.

Entre a penumbra do consultório e as normas sociais

- 1.Entrevista publicada no jornal *The Guardian*, edição de 12 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2012/apr/12/christian-anti-gay-ads-buses>>.
- 2.Ver C. I. Dunker e F. Kyrillos Neto, “Curar a Homossexualidade?: a psicopatologia prática do DSM no Brasil” in *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, vol. 10, n. 2, jun. 2010
- 3.Segundo o projeto de decreto legislativo n. 234, de 2011, disponível no *site* da Câmara dos Deputados, <www.camara.gov.br/sileg/integras/887984.doc>.
- 4.Ver M. Tort, *Fin du dogme paternal*.
- 5.Hollinghurst, *The swimming pool library*.
- 6.S. Freud, *Correspondence 1873-1939* (Lettre du 9 avril 1935, à Mrs. N.N...), p. 461-462.
- 7.S. Freud, “Trois essais sur la théorie sexuelle” in *Œuvres Complètes* t. IV, p. 20 (nota de 1915).
- 8.M. Tort, “Quelques conséquences de la différence ‘psychanalytique’ des sexes”, *Les Temps Modernes*, n. 609, ano 55, 2000.
- 9.M. Tort, *op. cit.*, p. 183.
10. Cassin (dir.), *Vocabulaire européen des philosophies*.
11. M. David-Ménard, “Genre”, in B. Cassin (dir.), *op. cit.*
12. S. Freud, *L'homme aux loups. A partir d'une névrose infantile*, p.45.
13. Ver A. Linhares, “Le genre: de la politique à la clinique”, *Champ Psy*, n. 58, 2010.
14. L. Laufer e A. Linhares (org.), “Ce que le genre fait à la psychanalyse”. *Champ Psy*.
15. M. Tort, *op. cit.*
16. M. Aran, “A psicanálise e o dispositivo diferença sexual”. *Revista Estudos Feministas*, vol. 17, n. 3, 2009.
17. O que quer dizer que há um deslocamento do objeto de análise: já não interessa tanto a *origem* ou o *funcionamento* da homossexualidade, mas sim a hostilidade desencadeada por esta forma específica de orientação sexual.
18. Borillo, *L'homophobie*.
19. M. Foucault, “De l'amitié comme mode de vie”, *Dits et Ecrits*.
20. Hollinghurst, *op. cit.*, p. 3.
21. Penso, por exemplo, nos escritos da também inglesa Jeanette Winterson, contemporânea de Hollinghurst, e cujos livros falam da homossexualidade feminina.

22. Hollinghurst, *op. cit.*, p. 249.
23. Segundo expressão de Judith Butler. J. Butler, “Hors de soi: les limites de l’autonomie sexuelle” in *Défaire le genre*.
24. Seminário sobre o Homem dos Lobos, primeira sessão, *inédito*: “O evento traumático permite compreender tudo que aconteceu depois e tudo que é assumido pelo sujeito: sua história. Sobre esse assunto, não é demais se perguntar o que é a história. Os animais têm uma história. A história é uma dimensão humana? A história é uma verdade que tem como propriedade que o sujeito que a assume depende dela em sua própria constituição de sujeito, e essa história depende do sujeito porque ele a pensa e a repensa a seu modo”.
25. Entendido como descrito por Foucault.
26. Judith Butler, *op. cit.*
27. S. Freud [1912(1912c)], “Des types d’entrée dans la maladie névrotique”, in *OC vol. XI*, p. 119.
28. I. L. Dunker, *O cálculo neurótico do gozo*, p. 108.
29. Artigo do jornal *New York Times*, edição de 19 maio 2012. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/05/19/health/dr-robert-l-spitzer-noted-psychiatrist-apologizes-for-study-on-gay-cure.html?_r=1&pagewanted=all>.
30. R. L. Spitzer, *Archives of Sexual Behavior*, vol. 32, n. 5, out. 2003, p. 403-417.
31. Todas as perguntas se encontram no apêndice do artigo citado, e podem ser lidas no *site* do National Center for Biotechnology Information, <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14567650>>.
32. S. Freud, “Le malaise dans la culture”, *OC*, t. XVIII.
33. J-B. Pontalis, *Ce temps qui ne passe pas*.
34. Em outro trabalho, desenvolvemos esta questão a partir do tema da teoria freudiana das identificações. Ver B. C dos Santos, “Errance du Moi”, *Libres Cahiers pour la psychanalyse*, vol XXIV, n. 24.

A visceralidade da clínica, reflexões

- 1.J. Laplanche, “A tarefa prática”, in *Novos fundamentos para a Psicanálise*, p. 165.
- 2.J. Laplanche, *op. cit.*, p. 171.
- 3.S. Bleichmar, “Transformação, traumatismo e metábola”, in *Clínica psicanalítica e neogênese*, p. 56.
- 4.M. Sigal, “Mudanças na condução da cura a partir do conceito de metábola elaborado por Jean Laplanche para pensar a formação do sujeito psíquico”, in *Jean Laplanche – fundamentos e intersecções*.
- 5.J. Laplanche, *El inconsciente y el ello – Problemáticas IV*, p. 130.
- 6.M. Sigal, *Escritos metapsicológicos e clínicos*.
- 7.J. Laplanche, “A tarefa prática”, in *Novos fundamentos para a Psicanálise*, p. 173.

Rabiscos em transferência

- 1.W. Winnicott. *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil*, p. 20-36.
- 2.Derrida, filósofo francês, fazendo um belíssimo trabalho pela psicanálise, propõe que, mais do que em substituição, pensemos em *disseminação* (J. Derrida, *La Dissémination*); que mais do que em *substituto*, pensemos em *suplemento* (J. Derrida, *De la Grammatologie*)
- 3.W. Winnicott, *op. cit.*, p. 23.
- 4.D. W. Winnicott, “O brincar: uma exposição teórica”, in *O brincar & a realidade*, p. 59.
- 5.A edição brasileira da Standard Edition (Imago) das Obras Psicológicas Completas de Freud optou por traduzir *Darstellbarkeit* por “consideração pela representabilidade”; Laplanche e Pontalis, em seu Vocabulário da Psicanálise, propõem “consideração à figurabilidade ou representabilidade” (p. 250). Entretanto, os dois termos estão longe de equivaler. Para as questões de tradução e, para além delas, para um panorama histórico da própria noção de figura, o leitor pode consultar o Estudo I de *A figura na Clínica Psicanalítica*, de Eliana Borges Pereira Leite.
- 6.S. Freud. (1900), *A interpretação de sonhos*, in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. V, p. 364-365.
- 7.S. Freud, *op. cit.*, p. 362.
- 8.C. e S. Botella, *La figurabilidad psíquica*.
- 9.B. P. Leite, *A figura na clínica psicanalítica*.
10. C. e S. Botella, *op. cit.*, p. 70.
11. C. e S. Botella, *op. cit.*, p. 68.
12. C. e S. Botella, *op. cit.*, p. 68.
13. D. W. Winnicott, *Consultas terapêuticas...., op. cit.*, p. 23.
14. B. P. Leite, *op. cit.*, p. 190.
15. E. B. P. Leite, *op. cit.*, p. 71.
16. D. Gurfinkel, *Sonhar, dormir e psicanalisar: viagens ao informe*, p. 322-323.
17. S. L. Alonso, “O trabalho da figurabilidade na escuta psicanalítica”, in *O tempo, a escuta, o feminino*, p. 131.
18. S. L. Alonso, *op. cit.*, p. 131.
19. T. Ayouch, “Genealogia da intersubjetividade e figurabilidade do afeto: Winnicott e Merleau-Ponty”, *Psicol USP*, vol. 23, n. 2, 2012, p. 268.
20. D. W. Winnicott, *Consultas terapêuticas...., op. cit.*, p. 31.
21. Guattari e S. Rolnik, *Micropolítica – cartografias do desejo*, p. 222-223.

Em defesa de uma certa autonomia

- 1.Este trabalho reúne resultados da pesquisa em nível de pós-doutorado fomentada pela FAPESP. Agradeço a essa instituição.
- 2.“Esta é a resposta de Freud ao grande enigma da filosofia política descrito por La Boétie em 1553 e conhecido como a Servidão Voluntária: “Por que milhares de pessoas voluntariamente sacrificam sua liberdade a um tirano sem serem coagidas a isso pela força física?” (Silva Junior & Gaspard, 2011, p. 17).
- 3.A.Green, *Le travail du négatif*, p. 34.
- 4.A partir da circunscrição das três modalidades de masoquismo (erógeno, feminino e moral), observa-se certa distinção entre, de um lado, o estatuto

metapsicológico do masoquismo moral e do masoquismo feminino, de outro, o estatuto do masoquismo erógeno. A dinâmica do masoquismo feminino é regida pela lógica edípica: o sujeito masoquista deseja ser tratado como uma criança travessa, e, por detrás de seu comportamento, subjaz uma fantasia masturbatória construída na infância. Na gênese do masoquismo moral a situação é equivalente, pois o processo analítico sempre traz à tona um desejo incestuoso vinculado a uma tendência parricida. Na abordagem metapsicológica do masoquismo erógeno, diferentemente, não há nenhuma indicação no texto freudiano que conduza à sua articulação, seja com o complexo de Édipo, seja com qualquer outro desejo sexual recalcado. Pelo contrário, Freud (1924) concebe o masoquismo erógeno como um resíduo do processo de ligação entre Eros e pulsão de morte. Trata-se de um masoquismo originário, diretamente vinculado às tendências situadas para além do princípio de prazer, na medida em que se configura como expressão de uma dialética própria ao movimento pulsional.

5. “O masoquismo moral é consequência direta da inibição cultural: passa a testemunhar a mescla de pulsões, pois ele é a libido intervindo sobre a pulsão de morte: sua periculosidade descende das pulsões de morte, da parte que não se exteriorizou como pulsão de destruição”. (S. Freud, 1924, “O problema econômico do masoquismo”, in *Obras completas*, vol. 19, p. 161-176, p. 175).
6. “A terceira forma de manifestação do masoquismo, em certo sentido a mais importante, só recentemente foi apreciada pela psicanálise como um sentimento de culpa na maioria das vezes inconsciente” (S. Freud, *op. cit.*, p. 167).
7. Rosemberg (1991) defende que a tendência masoquista implicaria igualmente fazer o outro sofrer.
8. J. Bergeret e M. Houser, “Le sadisme à travers ce qu’il n’est pas”. *Revue Française de Psychanalyse*, n. 4, 2002, p. 1274.
9. Voltaire, *Correspondence III (1749-1753)*, p. 221. Este lamento é para sua pequena amada Madame Denis.
10. S. Freud, *op. cit.*, p. 172. Para Freud (1924), é tentador olhar o masoquismo moral considerando-o independente da libido, somente uma volta da pulsão de destruição contra si mesmo. Se a parte relegada da pulsão de destruição incrementa o masoquismo do eu, isso não significa dizer que há pulsão de destruição em estado puro: como o próprio nome diz, pulsão de destruição é sempre pulsão de morte + libido. Inexiste masoquismo, qualquer que seja ele, erógeno, feminino, moral, sem o encontro libido e pulsão de morte. Ao afirmar que é tentador considerar o masoquismo moral independente da libido, Freud está elogiando a força de sua tese a respeito das pulsões de morte.
11. Pode acontecer que a neurose melhora se uma pessoa contrai um casamento infeliz, perde seu dinheiro ou fica gravemente doente (Freud, 1924).
12. Esta tese é mais bem desenvolvida em “Problemáticas del superyó: el masoquismo moral”. M. V. P. Nakasu, In: *Revista Topia: Sociedade, Psicanálise, Cultura*.
13. O masoquismo moral, portanto, seria diferente do “prolongamento inconsciente da moral” trabalhado em *O eu e o isso* (1923) ou simplesmente “culpabilidade”. Neste caso seria incrementada a agressividade do supereu e no masoquismo moral tão somente o masoquismo do eu. (Rosemberg, 1991).
14. Green, *op. cit.*, p. 155.
15. Grifo nosso. G. Deleuze, *Sacher Masoch: o frio e o cruel*, p. 14. Deleuze (1967) se recusa a definir o masoquismo pelo vínculo dor-prazer sexual, ele assume a posição de Krafft-Ebing que define esta entidade clínica por comportamentos de escravidão e humilhação. O autor apresenta o projeto de seu livro: “Em vez de uma dialética que apressadamente reúne contrários, deve-se buscar uma crítica e uma clínica capazes de resgatar os mecanismos realmente diferenciais, assim como as originalidades artísticas” (G. Deleuze, *op. cit.*, p. 14).
16. S. Freud, *op. cit.*, p. 175.
17. Por isso tal objeto pode assumir a feição de pai, Destino, azar, morte, Deus, etc.
18. *A interpretação dos sonhos* (1900) introduz os primeiros elementos da teoria do complexo de Édipo, que abarcaria o conjunto de desejos amorosos e hostis que a criança experimenta relativamente aos pais. Como se trata do complexo fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano, a destrutividade desempenharia um papel capital no modo de constituição do sujeito.
19. S. Freud (1923), “O eu e o isso”, in *Obras completas*, vol. 19, p. 23.
20. S. Freud (1933), “31ª Novas conferências de introdução à psicanálise. A decomposição da personalidade psíquica”, in *Obras completas*, vol. 22, p. 62.
21. Além disso, unir masoquismo moral ao paradigma de “Bate-se numa criança” (1919) implica igualmente desconsiderar os efeitos destrutivos da pulsão de morte sobre a posição masoquista da libido. Lembremos que, desde 1915, em “Pulsões e destinos das pulsões”, o sadismo não engendra nenhuma finalidade de causar dor nem mesmo de gozar com o sofrimento, só o masoquismo introduz essa dimensão de satisfação, ou seja, um valor de gozo para o sujeito.
22. Deleuze, *op. cit.*, p. 65.
23. Na interpretação à obra de Sacher-Masoch, *A Vênus das peles*, Deleuze (1967) pontua que, no momento do gozo masoquista, o sujeito denega a realidade do prazer para aceder ao novo homem. Ao lado do ideal de expiação, o ideal de renascimento seria, para Deleuze, o ideal masoquista por excelência.
24. O pai obsceno reeditaria o autoritarismo do chefe da horda primeva.
25. Deleuze, *op. cit.*, p. 32.
26. Reik elabora uma teoria independente da teoria freudiana em torno da concepção de masoquismo feminino, e deixa em segundo plano a explicação propriamente econômica do masoquismo.
27. G. Deleuze, *op. cit.*, p. 66.
28. É preciso assinalar que estamos cientes da relevância da questão do prazer e da dor na dinâmica do masoquismo, porém, o foco do trabalho é a sua explicação etiológica. Deleuze (1967) assume uma posição interessante em relação a esta temática, discordando de Freud e de sua tese de que o sujeito deleita-se em fazer outro sofrer ao mesmo tempo que esconde no mais profundo de si uma relação entre prazer e sofrimento. Ouçamos a crítica deleuziana endereçada a Freud (1967): “Abstraem-se as relações prazer-dor das condições formais concretas em que ela se estabelece. Considera-se a mistura prazer-dor como uma espécie de matéria neutra, comum ao sadismo e ao masoquismo. Isola-se inclusive uma relação mais particular “seu prazer-sua-própria-dor”, que se supõe igualmente vivida, identicamente vivida pelo sádico e pelo masoquista, independentemente das formas concretas de que ela *resulta* nos dois casos” (G. Deleuze, *op. cit.* p. 47). Green, *op. cit.*, p. 56.
29. Green, *op. cit.*, p. 67.
30. G. Deleuze, *op. cit.*, p. 67.
31. Green, *op. cit.*, p. 33.

Trauma e neurose traumática na violência de gênero

1. G. Diniz, F. Angelim, “Violência doméstica: por que é tão difícil lidar com ela?”, *Revista de Psicologia da UNESP*, São Paulo, v. 2, n. 1, 2003, p. 25-26.
2. F. Guimarães et al. Resenha: “mas ele diz que me ama...”: cegueira relacional e violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 23, n. 4, 2007, p. 481-482.

3. Trata-se do pedido de perdão do agressor, seguido de uma “fase de lua de mel”, que acabará em uma nova agressão.
4. A autora desenvolve trabalho no campo interdisciplinar da Psicologia com o Serviço Social e o Direito no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. A partir dos estudos realizados a pedido das Promotorias de Justiça, propõem-se estratégias com a Rede de Assistência e outras medidas para as situações de violência.
5. Cf. S. Freud (1920), “Más allá del principio del placer”, in Cosentino, J. C. et al. *El giro de 1920*, p. 58.
6. Cf. A. Chies, *El nuevo trauma como causa*, p. 77-87.
7. Cf. S. Freud (1937), “Análisis terminable e interminable”, in *Obras completas*, vol. 23, p. 229.
8. Sobre o uso dos termos “vivência” e “experiência” como tradução de *Erlebnis* e *Erfahrung* em Freud e relativo ao tema do trauma, consultar Cosentino, 2005, p. 2003, p. 48-49 e Benyakar, 2003, p. 1996, p. 71. Optamos aqui geralmente pelo termo “vivência” para indicar a ideia de algo não assimilado ou subjetivado.
9. S. Freud (1939), “Moisés y la religión monoteísta”, in *Obras completas*, vol. 23, p. 91.
10. S. Freud, *op. cit.*, p. 97. Esse trauma é “novo” em relação ao trauma *primordial* constitutivo do sujeito, ao qual remete.
11. Chies, *op. cit.*
12. Termo utilizado por Freud para este tipo de marca ou impressão no psiquismo. (J. C. Cosentino, *op. cit.*, 2003, p. 48-49). A. Chies, *op. cit.*, p. 123-128.
13. C. Cosentino, “El inconsciente: la temporalidad del trauma”, in *El problema económico: y –ello–súper–yo–síntoma*, p. 110-111.
14. S. Freud, “Más allá...”, p. 29.
15. S. Freud, *op. cit.*
16. S. Freud, *op. cit.*
17. S. Freud, Moisés..., p. 72-73.
18. Cf. S. Freud (1926), “Inhibición, síntoma y angustia”. In: *Obras completas*, vol. 20, p. 157.
19. M. Gerez-Ambertín, *Entre dévidas e culpas: sacrificios: crítica da razão sacrificial*, p. 127-130.
20. G. Briole, “Honte et traumatisme”. *Quarto*, Bruxelas, n. 63, 1997, p. 19-22.
21. S. Freud, (1940) “Esquema del psicoanálisis”, in *Obras completas*, vol. 23, p. 205.
22. Lacan, *Intervención luego de la ponencia de André Albert acerca del placer y de la regla fundamental*.
23. C. Cosentino, “Variaciones del horror: el destino de la neurosis”, in *Lo siniestro en la clínica psicoanalítica*, p. 17-18.
24. Benyakar, *Lo disruptivo: amenazas individuales y colectivas: el psiquismo ante guerras, terrorismos y catástrofes sociales*, p. 112.
25. O conceito de violência simbólica foi desenvolvido por Pierre Bourdieu. Sobre a violência simbólica referida à distinção de gênero, nos referimos ao livro *A dominação masculina*, publicado pela primeira vez em 1998.
26. Bourdieu considera, citando Virgínia Woolf, a “operação mística” da divisão social entre os sexos, que constitui a dimensão simbólica da dominação masculina. P. Bourdieu, *A dominação masculina*, p. 8-9.
27. J. Allouch, *op. cit.* Especialmente, a noção de *prendre acte*, sobre o ato que coloca fim ao luto.

entrevista 127

Catarina Koltai 127

debate 151

As medidas do Eu 151

debate clínico 161

O Caso do sr. R. 161

leituras 179

Em cena, a criança-no-adulto 179

Memória do corpo 184

Envelhecimento – um fenômeno da modernidade 186

Winnicott: ressonâncias nos trópicos 189

Derrida, uma vida extraordinária 194

Inspirações, transpirações e travessias 199

Por que ler um clássico 203

Gestação, parto e cuidados com o bebê: o abraçadabra da transmissão 212

Clínica e contemporaneidade, segundo a prata da casa 215

A noção de Id para Winnicott

1. Para padronizar o modo de referência ao termo ou conceito de *Id*, estarei sempre grafando-o desta forma, ainda que seu referente possa não ser o mesmo em seus diversos usos.
2. S. Freud (1900a), *Interpretação dos sonhos*, in *Sigmund Freud. Oeuvres complètes (OCF.P)*, vol. 4, p. 589. Freud será citado segundo a classificação estabelecida por A. Tyson & J. Strachey, “A chronological hand-list of Freud’s works”, *The International Journal of Psychoanalysis (IJP)*.
3. Sobre o método especulativo em Freud, veja L. Fulgencio (2003), “As especulações metapsicológicas de Freud”, *Revista de Filosofia e Psicanálise*

- Natureza Humana*, 2003, vol. 5, n. 1, p. 127-164 e L. Fulgencio, *O método especulativo em Freud*.
4. Kant (1997), *Crítica da razão pura*. Sobre o kantismo de Freud, veja L. Fulgencio (2008), *op. cit.*
 5. S. Freud (1933a), “Nouvelles suite des leçons d’introduction à la psychanalyse”, in *OCF.P*, p. 157.
 6. S. Freud (1933a), *op. cit.*, p. 274-275.
 7. J. Laplanche & J-B. Pontalis (1986), *Vocabulário da psicanálise*, p. 286.
 8. S. Freud (1923b), “Le moi et le ça”, in *OCF.P*, p. 268.
 9. Sobre a diferença entre o conceito de *Trieb* (pulsão) em Freud e o de instinto em Winnicott, veja Z. Loparic (1999), “O conceito de *Trieb* na filosofia e na psicanálise”, in J. A. T. Machado (1999), *Filosofia e Psicanálise: um diálogo*, p. 97-157; e L. Fulgencio (2006), “Winnicott e uma psicanálise sem metapsicologia”, *Revista de Filosofia e Psicanálise Natureza Humana*, 8 (Especial 1), p. 401-420.
 10. D. W. Winnicott (1965n), “A integração do ego no desenvolvimento da criança”, in *O Ambiente e os Processos de Maturação*, p. 55. A obra de Winnicott estará sendo citada a partir da classificação estabelecida por K. Hjulmand (1999), “Lista completa das publicações de D. W. Winnicott”, *Revista de Filosofia e Psicanálise Natureza Humana*, vol. 1, n. 2, p. 459-517, dado que esta classificação estará sendo usada na publicação das obras completas de D. W. Winnicott, tal como informou J. Abram (2008), “Donald Woods Winnicott (1896-1971): A brief introduction”.
 11. Cf. em D. W. Winnicott (1988), *Natureza humana*; em especial, p. 57 (para a caracterização do que são os instintos) e cap. IV e V para as outras afirmações feitas nesse parágrafo.
 12. D. W. Winnicott (1965m), “Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro *self*”, in *O Ambiente e os Processos de Maturação*, p. 129.
 13. D. W. Winnicott (1947a), “A criança e o sexo”, in *A criança e seu mundo*, p. 167-168.
 14. D. W. Winnicott (1971f), “O conceito de indivíduo saudável”, in *Tudo começa em casa*, p. 6.
 15. D. W. Winnicott (1971f), *op. cit.*, p. 21.
 16. Para uma análise da distinção destas duas linhas, veja, por exemplo, em Z. Loparic (2007), “Elementos da teoria winnicottiana da sexualidade”, *Revista de Filosofia e Psicanálise Natureza Humana*.
 17. D. W. Winnicott (1971f), *op. cit.*, p. 8.
 18. D. W. Winnicott (1971f), *op. cit.*, p. 27.
 19. D. W. Winnicott (1971f), *op. cit.*, p. 10.
 20. D. W. Winnicott (1989vl), “Psicose na infância”, in *Explorações Psicanalíticas*, p. 53.
 21. D. W. Winnicott (1988), *op. cit.*, Parte III. Para uma análise inicial sobre o lugar da teoria da sexualidade em Winnicott, com alguns comentários sobre suas raízes, veja Z. Loparic (2007), *op. cit.*, p. 311-358.
 22. D. W. Winnicott (1962a), “Adolescência. Transpondo a zona das calmarias”, in *A família e o desenvolvimento individual*, p. 119.
 23. D. W. Winnicott (1962a), *op. cit.*, p. 123.
 24. D. W. Winnicott (1971l), “Inter-relacionar-se independentemente do impulso instintual em função de identificações cruzadas”, in *O brincar & a realidade*, p. 177; os itálicos são meus.
 25. D. W. Winnicott (1971g), “A criatividade e suas origens”, in *O brincar & a realidade*, p. 120.
 26. D. W. Winnicott (1962a), *op. cit.*, p. 117.
 27. D. W. Winnicott (1971g), *op. cit.*, p. 7.
 28. D. W. Winnicott (1958c), “A tendência antissocial”, in *Privação e delinquência*, p. 143.
 29. D. W. Winnicott (1965s), “Influências de grupo e a criança desajustada”, in *A família e o desenvolvimento individual*, p. 215.
 30. D. W. Winnicott (1971g), *op. cit.*, p. 115.
 31. D. W. Winnicott (1963b), “O desenvolvimento da capacidade de se preocupar”, in *O Ambiente e os processos de maturação*, p. 116.
 32. D. W. Winnicott (1965ve), “A psicoterapia de distúrbios de caráter”, in *Privação e delinquência*, p. 282.
 33. Green (2005), “Winnicott at the start of the third millennium”, in *Sex and sexuality: Winnicottian perspectives*, p. 13.
 34. Sobre o lugar da metapsicologia no pensamento de Winnicott, veja discussão em andamento entre M. Girard (2010), *op. cit.*, e L. Fulgencio (2007), “Winnicott’s rejection of the basic concepts of Freud’s metapsychology”, *IJP*.

Considerações psicanalíticas sobre a leitura literária

1. Este artigo é decorrente da dissertação de mestrado intitulada “Ensaio psicanalítico para uma metapsicologia do leitor literário: uma leitura de *Água viva* de Clarice Lispector” desenvolvida pela primeira autora, sob a orientação da segunda, e defendida em 2011, no Instituto de Psicologia da USP.
2. W. Iser, *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*, p. 10.
3. H. R. Jauss, *História da Literatura como provocação literária*, p. 23.
4. H. R. Jauss, *op. cit.*, p. 23.
5. W. Iser, *op. cit.*, p. 73-79, grifos nossos.
6. R. Barthes, *O prazer do texto*, p. 58.
7. R. Barthes, *op. cit.*, p. 11.
8. U. Eco, *Lector in Fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*, p. 1.
9. U. Eco, *Lector in fabula*, p. XI.
10. U. Eco, *Interpretação e superinterpretação*, p. 29.
11. Freud, ainda que fixe limites para a Psicanálise no campo da patografia, se alinha, de certa forma, nessa vertente, por exemplo, em “Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância” (1910) e incorre justamente no risco de colocar o artista num divã. As críticas a este tipo de “aplicação” da Psicanálise podem ser encontradas em Frayze (2005) e Passos (1995).
12. U. Eco, *Interpretação... op. cit.*, p. 77.
13. Y. Rosenbaum, “Um sonho inquietante”. In: *A psicanálise e a clínica extensa: III Encontro Psicanalítico da Teoria dos Campos por Escrito*, p. 145.
14. F. Pessoa, *Livro do Desassossego*: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa, p. 233.
A. Green, *O desligamento: psicanálise, antropologia e literatura*, p. 42.
15. U. Eco, *Interpretação... op. cit.*, p. 61.
16. U. Eco, *Interpretação... op. cit.*, p. 76.
17. S. Freud (1900). *A interpretação dos sonhos. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 4, p. 304.
18. J. Birman, *Por uma estilística da existência: sobre a psicanálise, a modernidade e a arte*, p. 79.
19. J. Frayze-Pereira, *Cartas de Mario de Andrade a Portinari: uma questão de sobrevivência* In: Bartucci, G. (Org.) *Psicanálise, literatura e estéticas de*

- subjetivação, p. 336.
20. W. Iser, *op. cit.*, p. 15-16.
 21. H. R. Jauss, *op. cit.*, p. 23.
 22. W. Iser, *op. cit.*, p. 123.
 23. S. Freud (1914), *O Moisés de Michelangelo. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 13, p. 217.
 24. S. Freud (1901), *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 6, p. 121.
 25. S. Freud (1901), *op. cit.*, p.122.
 26. S. Freud (1919). *O “Estranho”*, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 17, p. 267.
 27. S. Mijolla-Mellor, “A escrita é um escudo contra a loucura?”. *Colóquio Razão, loucura e criação*. Material distribuído durante o evento no Instituto de Psicologia, p. 3, grifo nosso.
 28. T. H. Odgen, *Os sujeitos da psicanálise*, p. 1, grifo nosso.
 29. J. Bellemin-Noel, *Psicanálise e Literatura*, p. 20, grifo nosso.
 30. Não é nosso objetivo tratar da questão da transferência no percurso freudiano. Remetemos o leitor para o excelente trabalho de M. Minerbo, *Transferência e contratransferência*.
 31. Freud (1923), *Dois verbetes de Enciclopédia*, p. 264.
 32. J. Bellemin-Noel, *op. cit.*, p. 20.
 33. A.C. Carvalho, “Escrita: remédio ou veneno?” *Percurso n. 18*, p. 85.
 34. N. Silva-Junior, “Ficção e Interpretação na Teoria dos Campos”, in Herrmann, L. e Barone, L. (Org.) *Interpretação e Cura: V Encontro Psicanalítico dos Campos por escrito*, p. 168.
 35. F. Herrmann, *Introdução à teoria dos campos*, p. 59.
 36. A.M. Loffredo, “Interpretação e Ficção I”, in Herrmann, L. e Barone, L. (Org.) *Interpretação e Cura: V Encontro Psicanalítico dos Campos por escrito*, p. 145.
 37. P. Assoun, *Metapsicologia freudiana: uma introdução*, p. 217, grifo nosso.
 38. J. Bellemin-Noel, *op. cit.*, p. 34.
 39. A. Green, *op. cit.*, p. 24, grifo nosso.

A homossexualidade dos analistas 115

- 1.Green, *Les Chaînes d’Éros. Actualité du sexuel*, p. 215.
- 2.E. Roudinesco, “Psychoanalyse et homosexualité: réflexions sur le désir pervers, l’injure et la fonction paternelle”, in *Cliniques Méditerranéennes*, França, 2002, n. 65, p. 7-34.
- 3.S. Rado, “A critical examination of the concept of bisexuality”, in *Psychosomatic Medicine*, n. 2, Estados Unidos, 1940.
- 4.Bieber et al., in *Homosexuality: a psychoanalytic study*, p. 18.
- 5.Socarides, *The overt homosexual*, p. 64. E mais, para ele, “O homossexual, não importa qual seu nível de adaptação e função em outras áreas da vida, é severamente prejudicado na área mais vital – a saber, a dos relacionamentos interpessoais”. C. Socarides, “Homosexuality: basic concepts and psychodynamics”, in *International Journal of Psychiatry*, n. 1, Estados Unidos, 1972, p. 119.
- 6.G. Bychowski, “The ego and the introjects”, in *Psychoanalytic quarterly*, n. 1, Estados Unidos, 1956.
- 7.L. Kolb, A. Johnson, “Ethiology and therapy of overt homosexuality”, *Psychoanalytic Quarterly*, n. 4, Estados Unidos, 1955.
- 8.R. Isay, *Becoming gay: the journey to self-acceptance*.
- 9.R. Isay, *op. cit.*, p. 153.
10. “A Boston Psychoanalytic Society and Institute, Inc. (BPSI) não discrimina com base em raça, credo, cor, sexo, idade, nacionalidade, deficiência física ou preferência sexual em admissões, administração de seus programas educacionais, patrocínios ou programas de empréstimo e empregos” (Boston Psychoanalytic Association, disponível em <http://www.bostonpsychoanalytic.org/analytic_training>. Acessado em 7 dez. 2012).
11. American Psychoanalytic Association, “Annual Meeting – May 8th, 1991”, in *Journal of the American Psychoanalytic Association*, p. 1110.
12. E. Berman, “Homosexuality: chaired by Aiban Hagelin, Buenos Aires”, in *International Journal of Psychoanalysis*, n. 4, Inglaterra, 1998, p. 645.
13. E. Berman, *op. cit.*, p. 652.
14. E. Berman, *op. cit.*, p. 808.
15. N. Nicolaïdis, “L’homosexualité et la question de la différence”, in *Médecine et hygiène*, n. 21, França, 2001.
16. Botella, “L’homosexualité(s): Vicissitudes du narcissisme”, in *Revue Française de Psychanalyse*, n. 4, França, 1999.
17. R. Roughton, “The International Psychoanalytic Association and Homosexuality”, in *Journal of Gay and Lesbian Psychotherapy*.
18. *International Psychoanalysis: the newsletter of the IPA* n. 1, Inglaterra, 2001.
19. U. Rauchfleisch, “Homosexuality and psychoanalytic training”, in *Forum der Psychoanalyse*, n. 4, Áustria, 1993.
20. M. L. Ellis, “Lesbians, gay men and psychoanalytic training”, in *Free associations*, n. 4, Inglaterra, 1994.
21. J. Drescher, “A history of homosexuality and organized psychoanalysis”, in *Journal of the American Academy of Psychoanalysis and Dynamic Psychiatry*, n. 3, Estados Unidos, 1995, p. 233.
22. R. Isay, *Becoming gay: the journey to self-acceptance*.
23. R. Roughton, “Homosexuality: Clinical and technical issues”, in *International Psychoanalysis: the newsletter of the IPA*, n. 1, Inglaterra, 2001.
24. Botella, “A response to Ralph Roughton’s paper”, in *International Psychoanalysis: the newsletter of the IPA*, n. 1, Inglaterra, 2001, p. 20.
25. R. Roughton, “Rethinking homosexuality: what it teaches us about psychoanalysis”, *Journal of the American Psychoanalytic Association* (“Repensando a homossexualidade e seus ensinamentos sobre a psicanálise”), n. 3, Estados Unidos, 2002.
26. “Hoje em dia, com o aumento dos conhecimentos, tanto na teoria quanto na prática, deveria ser possível afirmar que a psicanálise é chamada a resolver o problema da homossexualidade” (Berman, *op. cit.*, p. 641).
27. Veja-se, por exemplo, os artigos de vários psicanalistas franceses contra o PaCS (união civil de parceiros do mesmo sexo, uma lei votada em 1999 na França) e mais recentemente contra o casamento igualitário: T. Anatrella, “Ne pas brouiller les repères symboliques”, in *Le Figaro*, 16 juin, 1998; “A propos d’une folie”, *Le Monde*, 26 juin, 1999; *La différence interdite*, Paris, Flammarion, 1998 ou *Le règne de Narcisse. Les enjeux de la différence sexuelle*, Paris, Presse de la Renaissance, 2005; M. Balmory, “Mariage pour tous: la parole en danger”, in *La Vie*, 1 février 2013; C. Flavigny, “Le PaCS, l’enfant et Freud”, in *Libération*, 19 octobre, 1999; S. Korff-Sausse, “PaCS et clones: la logique du même”, in *Libération*, 7 juillet, 1999; P. Legendre,

Le Monde de l'éducation, décembre, 1997; "Nous assistons à une escalade de l'obscurantisme", *Le Monde*, 23 octobre, 2001; S. Lesourd, *Le Monde*, 14-15 mars, 1999 ; A. Magoudi, in *Le Monde*, 5 novembre, 1997; M. Schneider, "Désir, sexe, pouvoir", e "Malaise dans la sexualité? Du nouvel ordre sexuel au nouvel ordre matriarcal", in *Esprit*, mai, 2002, ou *Big Mother. Psychopathologie de la vie politique*, Paris, Odile Jacob, 2002; J.-P. Winter, "Gare aux enfants symboliquement modifiés", *Le monde des débats*, mars, 2000.

28. C. Bonningue, "L'inconscient homosexuel: editorial", in *La cause freudienne*.
29. R. Roughton, "Homosexuality: Continued", in *International Psychoanalysis: the newsletter of the IPA*, p. 32.
30. Vejam-se os artigos precedentemente citados.
31. Fassin, "Aveugles à la race ou au racisme? Une approche stratégique", in D. Fassin; E. Fassin, *De la question sociale à la question raciale. Représenter la société française*.
32. D. Fassin e E. Fassin, *op. cit.*, p. 76.